



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

01/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Aposentados e pensionistas lutam por antecipação do 13º e valor integral de pensão por morte
Na lista de preocupações da categoria, está a antecipação do 13º salário e um projeto que prevê o pagamento extra. Além disso, há planos de ingressar com uma nova ação judicial para garantir pensão por morte integral para uma parcela das viúvas e dos viúvos.

O processo está sendo estudado pelo Departamento Jurídico da Associação Nacional dos Aposentados (Anapi). A ideia é que pensões provenientes de quem já estava aposentado antes da reforma da Previdência, aprovada em 13 de novembro de 2019, sejam de 100% do valor do benefício do cônjuge falecido, diz o presidente da entidade, Antônio Carlos Domingues da Costa.

A reforma alterou o cálculo da pensão. Desde que as novas regras entraram em vigor, a pensionista tem direito a 60% da aposentadoria do marido. É possível somar mais 10% para cada dependente, como filhos, até totalizar os 100%.

“Vamos pedir que as pensões oriundas de quem já estava aposentado sejam pagas pela regra antiga, que era o benefício integral. Para quem se aposentou depois da reforma, valeriam os 60%”, explica Costa.

“Lutamos muito para que a pensão no valor de 100% fosse incluída na Constituição de 1988. Então, que respeitem, pelo menos, quem já estava aposentado até a reforma”.

Saiba mais em: *A Tribuna*, quarta-feira 01 de dezembro.

Nova agenda trabalhista de Bolsonaro é golpe contra trabalhador, entende deputado

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) apresentou o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 1.074/21 para suspender as novas alterações na legislação trabalhista pretendida pelo governo Bolsonaro no Decreto 10.854/21.

O texto do governo federal prejudica os trabalhadores brasileiros ao acabar, por exemplo, com incentivos fiscais para empresas, colocando em xeque benefícios como vale refeição e alimentação.

“A pretexto de simplificar regras, Bolsonaro dá mais um duro golpe nos trabalhadores brasileiros. O decreto acaba com incentivos fiscais para as empresas e coloca em risco o vale refeição e o vale alimentação de milhões de trabalhadores e trabalhadoras”, entende Orlando Silva.

No projeto, o deputado afirma que a minirreforma de Bolsonaro aprofunda a Reforma Trabalhista iniciada no governo Temer, em prejuízo dos trabalhadores, por meio do decreto para “evitar o desgaste e as incertezas do processo legislativo, passando ao largo desta Casa do Povo, para perpetrar contra ele e contra o conjunto dos trabalhadores, mais uma maldade”.

Saiba mais em: *CNTI*, quarta-feira 01 de dezembro.

Taxa de desemprego fica em 12,6% no trimestre até setembro, revela IBGE

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 12,6% no trimestre encerrado em setembro, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta terça-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou pouco acima do piso de 12,5% e levemente abaixo da mediana de 12,7% das expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, cujo teto era 13,3%.

Em igual período de 2020, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 14,6%. No trimestre até agosto, a taxa de desocupação estava em 13,2%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.459 no trimestre encerrado em setembro. O resultado representa queda de 11,10% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 223 549 bilhões no trimestre até setembro, queda de 5,7% ante igual período do ano anterior.

Saiba mais em: *A Tribuna*, segunda-feira 30 de novembro.

Trabalhador autônomo e sem carteira ganham espaço. Desemprego cai, mas renda despenca

A redução da taxa de desemprego, para 12,6% no trimestre encerrado em setembro, apesar de ser uma boa notícia, inclui um dado socioeconômico preocupante: parte dessa melhoria se deve ao avanço da informalidade no mercado de trabalho. Agora, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, o número de desempregados é estimado em 13,453 milhões. São menos 1,378 milhão no trimestre (-9,3%) e menos 1,144 milhão (-7,8%) em relação a igual período do ano passado. A taxa de informalidade subiu para 40,6% da mão de obra.

Também em relação a setembro de 2020, a força de trabalho tem 8,393 milhões de pessoas a mais, crescimento de 7,6%. Mas enquanto o emprego com carteira assinada no setor privado sobe 8,6%, o sem carteira aumenta 23,1%. E o trabalho conta própria sobe 18,7%, segundo a Pnad Contínua.

Assim, os empregados com carteira (33,508 milhões) somam 31,5% da força de trabalho (106,430 milhões), mesmo percentual de um ano atrás. Os com carteira (11,691 milhões) passaram de 9,7%, em 2020, para 11%. E aqueles por conta própria (25,461 milhões) foram de 21,9% para 23,9%.

Categoria caracterizada por postos de trabalho mais precários, os trabalhadores domésticos chegaram a 5,357 milhões. Houve aumento de 9,2% no trimestre e de 21,3% em um ano. Quase 76% deles não têm carteira assinada.

Já os desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego, agora são 5,1 milhões, ante 5,9 milhões há um ano. Eles representam 4,6% da força de trabalho. **Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 30 de dezembro.**

Prefeito de Santos veta ônibus grátis a partir dos 60 anos: 'Inviável'

O prefeito Rogério Santos (PSDB) decidiu vetar o projeto de lei que permitiria a idosos a partir de 60 anos, e não apenas aos 65, viajar de graça no transporte coletivo municipal em Santos.

A proposta havia sido apresentada pelo vereador Sérgio Santana (PL) e aprovada pela Câmara em outubro. O chefe do Executivo julgou a ideia “inviável” financeiramente. “Com menos gente pagando ônibus, a tarifa ficaria mais cara. É uma proposta inviável nos dias de hoje, quando as pessoas estão vivendo mais”, disse, nesta terça-feira (30), ao repórter Sandro Thadeu.

Dias após a aprovação do texto, A Tribuna noticiou um levantamento, feito por membros da Comissão de Transporte Público do Município, pelo qual a isenção da passagem a partir dos 60 anos causaria reajuste de 40,8% no preço atual da tarifa, de R\$ 4,65 para R\$ 6,55, considerando, inclusive, o possível término do subsídio mensal de R\$ 800 mil pago pela Prefeitura à Viação Piracicabana. A Câmara poderá manter ou derrubar o veto. **Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 01 de dezembro.**

Conta de luz de famílias de baixa renda não terá cobrança adicional em dezembro

O governo federal quer expandir o número de famílias inscritas no programa Tarifa Social, que concede descontos de até 65% na tarifa de energia.

O presidente Jair Bolsonaro participou de cerimônia nesta terça-feira (30) de assinatura de regra da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para automatizar a inclusão de famílias já inscritas em programas sociais do governo.

A ideia é que mais 11,5 milhões de famílias possam receber os descontos, somando-se às 12,3 milhões que já estão sendo beneficiadas.

A lei da Tarifa Social de Energia Elétrica foi sancionada em setembro por Bolsonaro e permite desconto na conta nos primeiros 220 kWh (quilowatts-hora) consumidos. O valor é concedido de forma escalonada, conforme o consumo das famílias.

A medida foi aprovada no momento em que o governo enfrenta críticas por causa da alta do preço da conta de luz.

Pelas regras do programa, famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo (R\$ 550) têm direito à Tarifa Social.

Para bancar os custos de acionamento de mais térmicas para garantir o suprimento de energia, o governo criou a bandeira de escassez hídrica prevista para ficar em vigor até abril do ano que vem.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 01 de dezembro.